

Boletim trimestral: Mercado de Trabalho

Trimestre Segundo

Ano 2025

O presente boletim é realizado pelo Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT) do Instituto de Economia da Unicamp. Ele contém uma síntese de informações do mercado de trabalho brasileiro, por trimestre, a partir de recortes socioeconômicos e regionais de amplo interesse. Seu objetivo é facilitar o acesso aos dados oficiais do mercado de trabalho brasileiro.

A divulgação periódica acompanha a disponibilização dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (PNAD Contínua Trimestral) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A PNAD Contínua é uma pesquisa de caráter amostral e as estimações aqui apresentadas seguem os critérios de calibração e projeção populacional adotados pelo IBGE. A divulgação deste boletim é livre e gratuita e a reprodução das estatísticas calculadas é liberada, desde que citada a fonte.

Para maiores informações, análises mais detalhadas e contato com pesquisadores da área, acesse o site do [CESIT](http://cesit.org.br).

Conteúdo

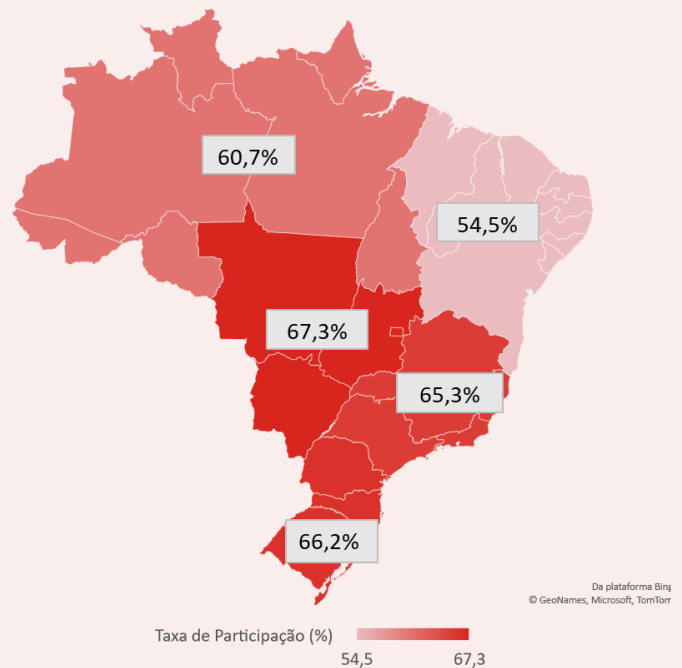
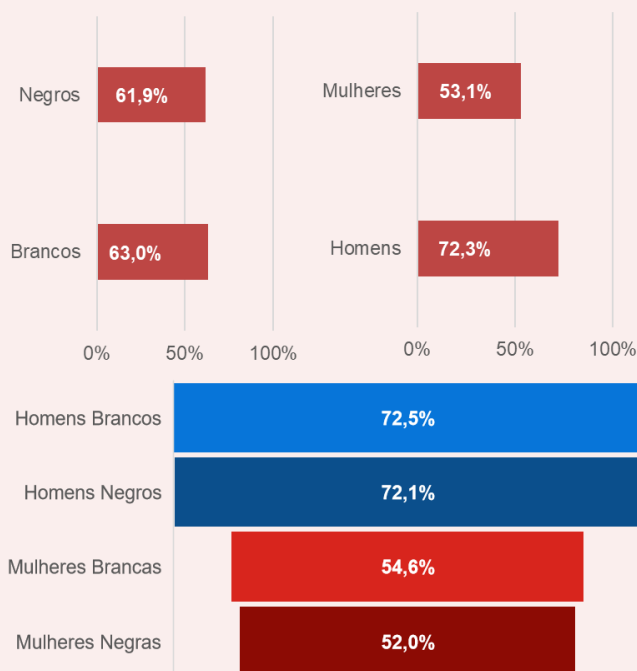
1. **Condição em relação à força de trabalho**
 - a. Taxa de participação
 - b. População fora da força de trabalho
 - c. Razão do interrompimento da busca por trabalho
2. **População ocupada**
 - a. População na força de trabalho
 - b. Nível de ocupação
3. **Desocupados**
 - a. Desocupação
 - b. Desocupação entre jovens
 - c. Subutilização da força de trabalho
 - d. Tempo na busca por trabalho
4. **Informalidade (metodologia CESIT)**
5. **Remuneração habitual média**

1. a. TAXA DE PARTICIPAÇÃO

62,4%

- A taxa de participação é o percentual de pessoas de 14 anos ou mais na força de trabalho em relação ao total de pessoas de 14 anos ou mais.
- Cálculo:** percentual de pessoas na força de trabalho em relação às pessoas em idade ativa: $[PEA / PIA] \times 100$

PANORAMA NACIONAL



Fonte: PNAD Contínua Trimestral, IBGE. Elaboração própria.

VALORES POR ESTADO

Taxa de participação (%)

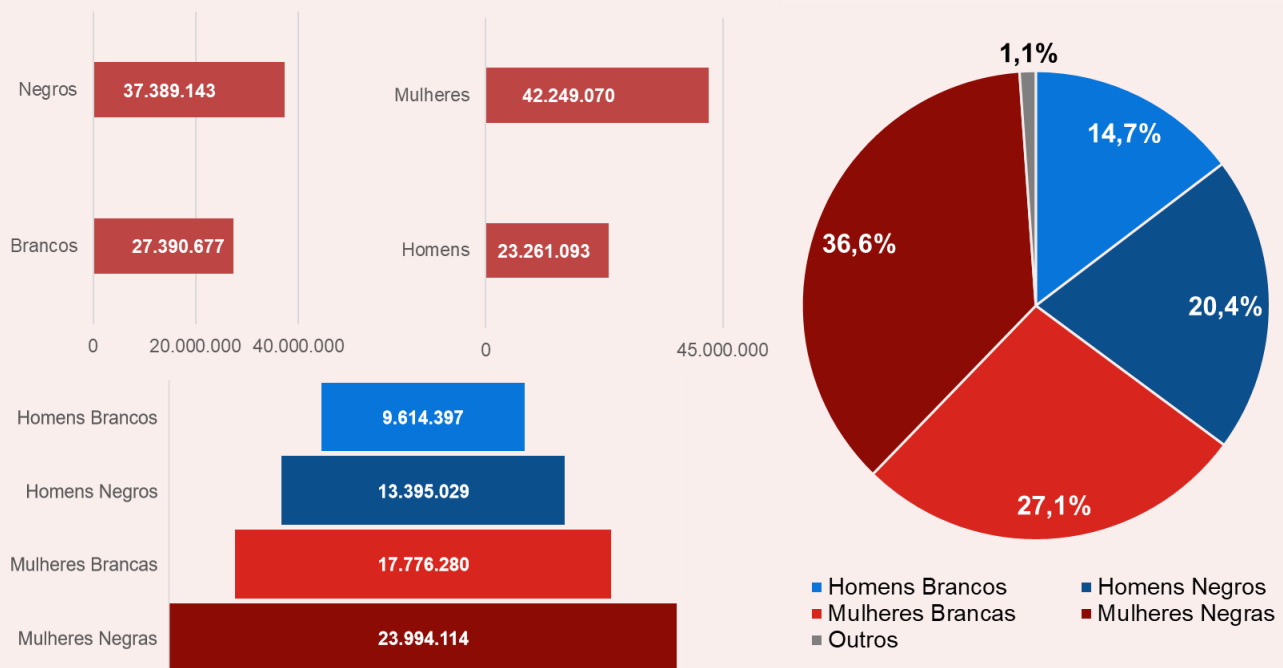
Acre	60,7	Maranhão	54,5	Rio de Janeiro	65,3
Alagoas	54,5	Mato Grosso	67,3	Rio Grande do Norte	54,5
Amapá	60,7	Mato Grosso do Sul	67,3	Rio Grande do Sul	66,2
Amazonas	60,7	Minas Gerais	65,3	Rondônia	60,7
Bahia	54,5	Pará	60,7	Roraima	60,7
Ceará	54,5	Paraíba	54,5	Santa Catarina	66,2
Distrito Federal	67,3	Paraná	66,2	São Paulo	65,3
Espírito Santo	65,3	Pernambuco	54,6	Sergipe	54,5
Goiás	67,3	Piauí	54,5	Tocantins	60,7

1. b. POPULAÇÃO FORA DA FORÇA DE TRABALHO

65,5 milhões

- São classificadas como fora da força de trabalho na semana de referência **as pessoas que não estavam ocupadas nem desocupadas na semana de referência**. Isto é, pessoas que não estavam trabalhando nem buscando trabalho.
- Cálculo:** pessoas que não estavam ocupadas nem desocupadas: PNEA.

PANORAMA NACIONAL



Fonte: PNAD Contínua Trimestral, IBGE. Elaboração própria.

VALORES POR ESTADO

População fora da força de trabalho (%)

Acre	43,1	Maranhão	47,2	Rio de Janeiro	37,3
Alagoas	45,5	Mato Grosso	32,0	Rio Grande do Norte	44,7
Amapá	36,7	Mato Grosso do Sul	36,2	Rio Grande do Sul	33,6
Amazonas	37,4	Minas Gerais	34,0	Rondônia	38,2
Bahia	41,3	Pará	38,2	Roraima	36,8
Ceará	47,2	Paraíba	46,7	Santa Catarina	34,9
Distrito Federal	30,5	Paraná	34,4	São Paulo	32,1
Espírito Santo	36,6	Pernambuco	44,3	Sergipe	41,9
Goiás	32,7	Piauí	47,9	Tocantins	32,9

1. c. RAZÕES PARA O INTERROMPIMENTO DA BUSCA POR TRABALHO

Para as pessoas fora da força de trabalho, a PNAD contínua pergunta qual foi o principal motivo de não se ter tomado providência para conseguir trabalho no período de referência de 30 dias.

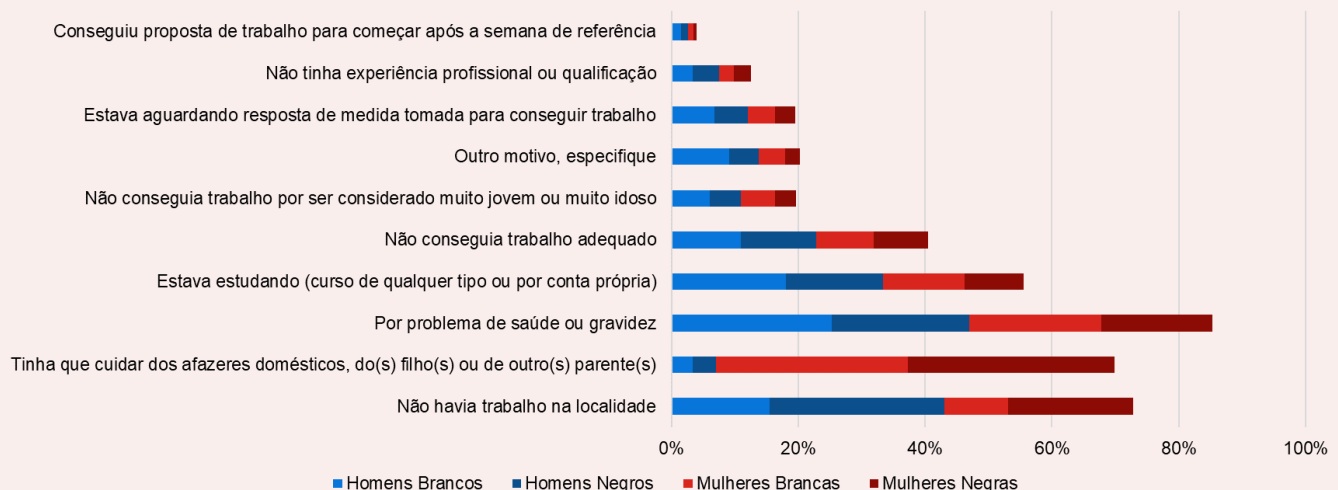
PANORAMA NACIONAL

Principal motivo de não ter tomado providência para conseguir trabalho no período (%)

Não havia trabalho na localidade	19,4%
Tinha que cuidar dos afazeres domésticos, do(s) filho(s) ou de outro(s) parente(s)	21,6%
Por problema de saúde ou gravidez	20,0%
Estava estudando (curso de qualquer tipo ou por conta própria)	12,5%
Não conseguia trabalho adequado	9,7%
Não conseguia trabalho por ser considerado muito jovem ou muito idoso	4,4%
Estava aguardando resposta de medida tomada para conseguir trabalho	4,0%
Outro motivo, especifique	4,3%
Não tinha experiência profissional ou qualificação	3,1%
Conseguiu proposta de trabalho para começar após a semana de referência	0,9%

Valores por raça e gênero

No período de referência, o principal motivo de não tomar providência para conseguir um trabalho foi:



25%

Dos homens brancos que não procuraram trabalho no período de referência relataram problema de saúde.

29%

Das mulheres brancas que não procuraram trabalho no período de referência relataram que tinham que cuidar dos afazeres domésticos, do(s) filho(s) ou de outro(s) parente(s).

32%

Dos homens negros que não procuraram trabalho no período de referência relataram não haver trabalho na localidade.

32%

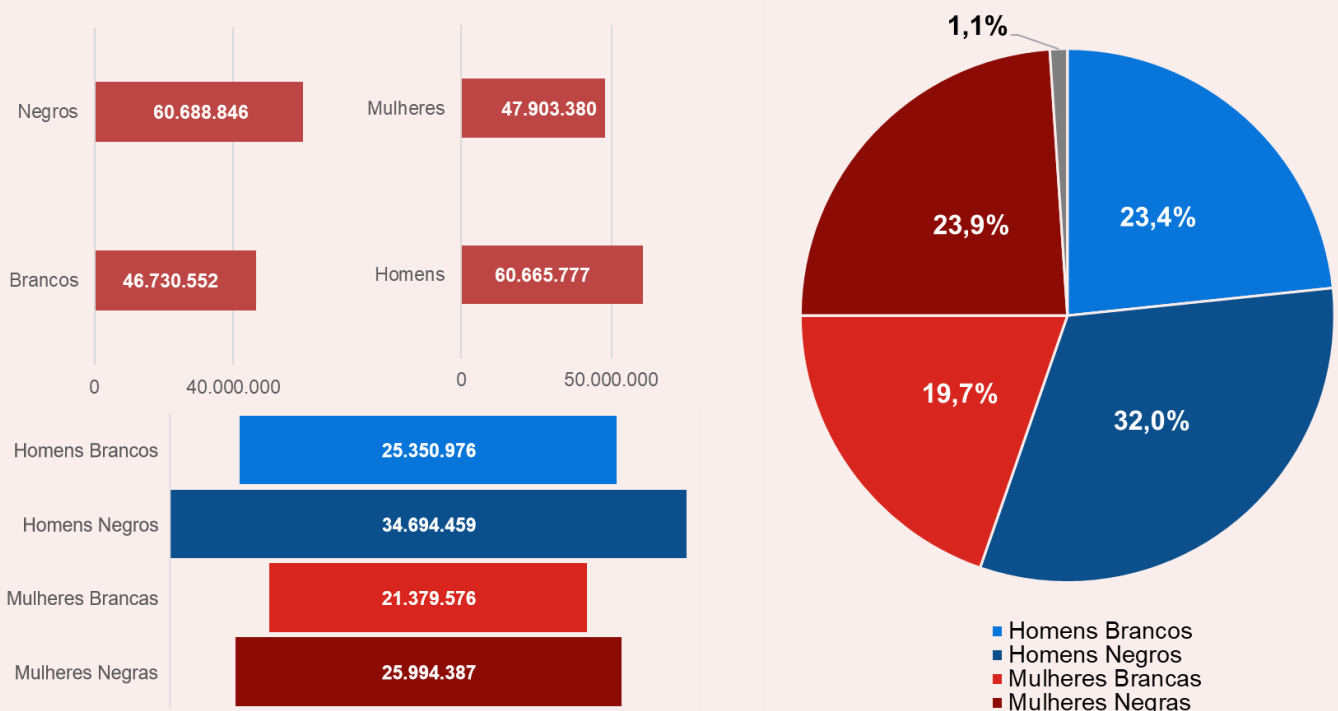
Das mulheres negras que não procuraram trabalho no período de referência relataram que tinham que cuidar dos afazeres domésticos, do(s) filho(s) ou de outro(s) parente(s).

2. a. POPULAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO

108,6 milhões

- A população economicamente ativa é a **soma das pessoas ocupadas e desocupadas**. Ou seja, é composta das pessoas que trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado na semana de referência (ocupadas) ou que, caso não ocupadas nesse período, tomaram alguma providência efetiva para conseguir um trabalho no período de referência de 30 dias e que estavam disponíveis para iniciar um trabalho (IBGE, 2016).
- Cálculo:** pessoas ocupadas + pessoas desocupadas: [PO + PD]

PANORAMA NACIONAL



Fonte: PNAD Contínua Trimestral, IBGE. Elaboração própria.

VALORES POR ESTADO

População na força de trabalho

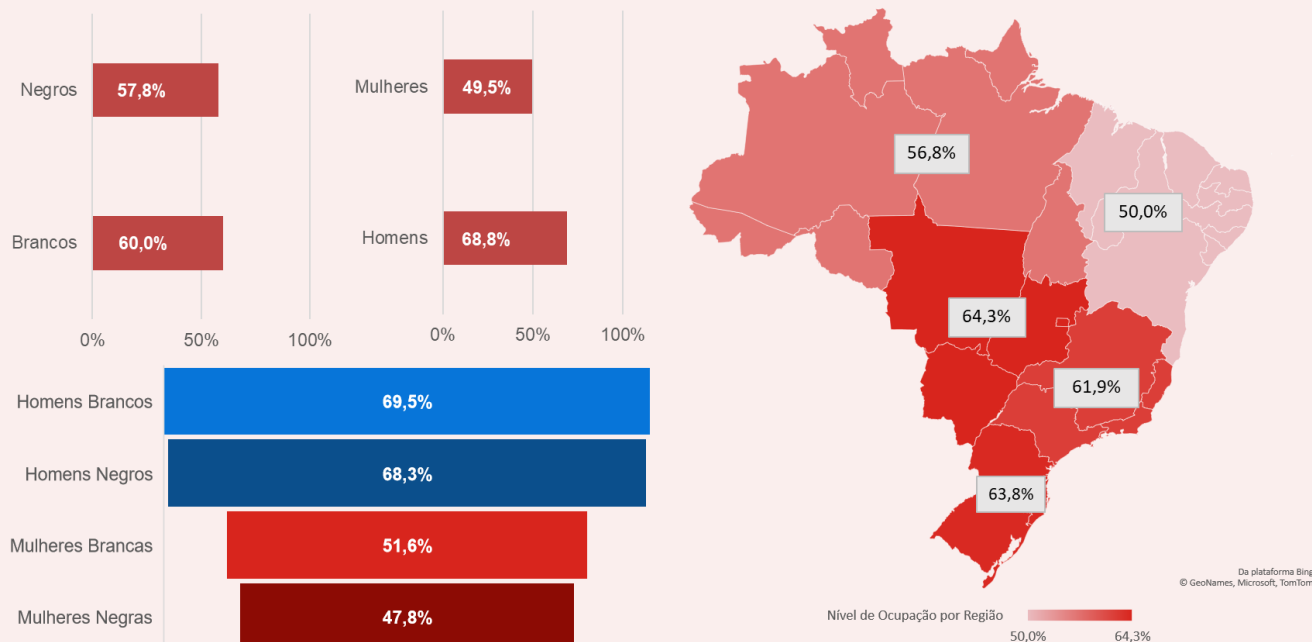
Acre	350.188	Maranhão	2.800.064	Rio de Janeiro	8.983.390
Alagoas	1.319.732	Mato Grosso	2.081.929	Rio Grande do Norte	1.538.193
Amapá	357.266	Mato Grosso do Sul	1.475.653	Rio Grande do Sul	6.119.940
Amazonas	1.987.225	Minas Gerais	11.578.322	Rondônia	820.920
Bahia	7.106.923	Pará	4.076.058	Roraima	313.758
Ceará	3.917.451	Paraíba	1.790.262	Santa Catarina	4.530.628
Distrito Federal	1.671.773	Paraná	6.402.108	São Paulo	25.671.488
Espírito Santo	2.104.783	Pernambuco	4.199.335	Sergipe	1.030.722
Goiás	4.072.333	Piauí	1.452.450	Tocantins	816.264

2. b. NÍVEL DE OCUPAÇÃO

58,8%

- O nível de ocupação mede o percentual de **pessoas ocupadas na semana de referência em relação às pessoas em idade de trabalhar**, ou seja, à população em idade ativa. São classificadas como ocupadas na semana de referência as pessoas que, nesse período, **trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios** (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.) ou em trabalho sem remuneração direta em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou, ainda, as pessoas que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana (IBGE, 2016).
- Cálculo:** percentual de pessoas ocupadas em relação às pessoas em idade ativa: $[Ocupados / PIA] \times 100$

PANORAMA NACIONAL



Fonte: PNAD Contínua Trimestral, IBGE. Elaboração própria.

VALORES POR ESTADO

Nível de ocupação (%)

Acre	49,7	Maranhão	48,0	Rio de Janeiro	56,8
Alagoas	48,2	Mato Grosso	67,8	Rio Grande do Norte	49,3
Amapá	54,3	Mato Grosso do Sul	62,3	Rio Grande do Sul	62,7
Amazonas	56,8	Minas Gerais	63,0	Rondônia	57,7
Bahia	52,9	Pará	56,2	Roraima	60,7
Ceará	48,6	Paraíba	50,3	Santa Catarina	66,1
Distrito Federal	61,6	Paraná	63,4	São Paulo	63,4
Espírito Santo	60,6	Pernambuco	48,9	Sergipe	51,6
Goiás	64,3	Piauí	49,0	Tocantins	62,0

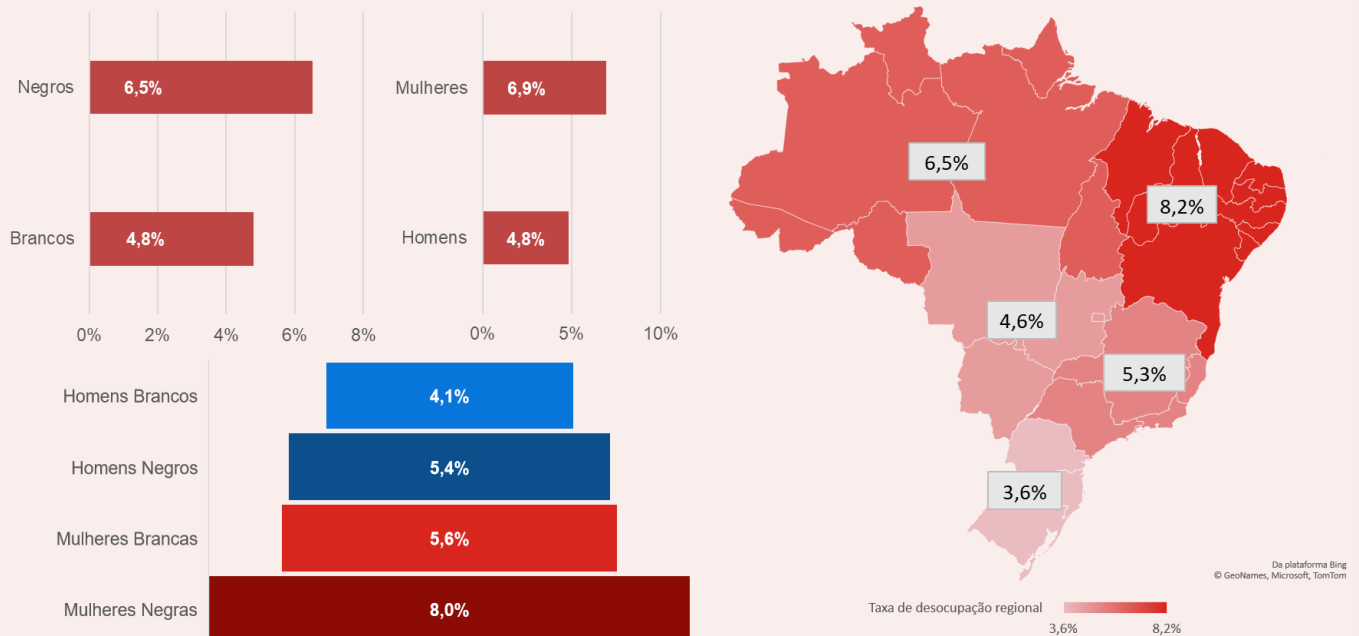
3. a. TAXA DE DESEMPREGO

5,8%

- A taxa de desemprego (ou desocupação) mede o **percentual da população na força de trabalho que está desocupada**. São classificadas como desocupadas na semana de referência: i) as pessoas não ocupadas nesse período, que tomaram alguma providência efetiva para conseguir um trabalho no período de referência de 30 dias e que estavam disponíveis para iniciar um trabalho na semana de referência e; ii) as pessoas não ocupadas e disponíveis para iniciar um trabalho na semana de referência que não tomaram providência efetiva para conseguir trabalho no período de referência porque já haviam conseguido trabalho para começar após a semana de referência (IBGE, 2016).
- Cálculo:** percentual de pessoas desocupadas em relação às pessoas na força de trabalho:

$$[\text{Desocupados} / \text{PEA}] \times 100$$

PANORAMA NACIONAL



Fonte: PNAD Contínua Trimestral, IBGE. Elaboração própria.

VALORES POR ESTADO

Taxa de desemprego (%)

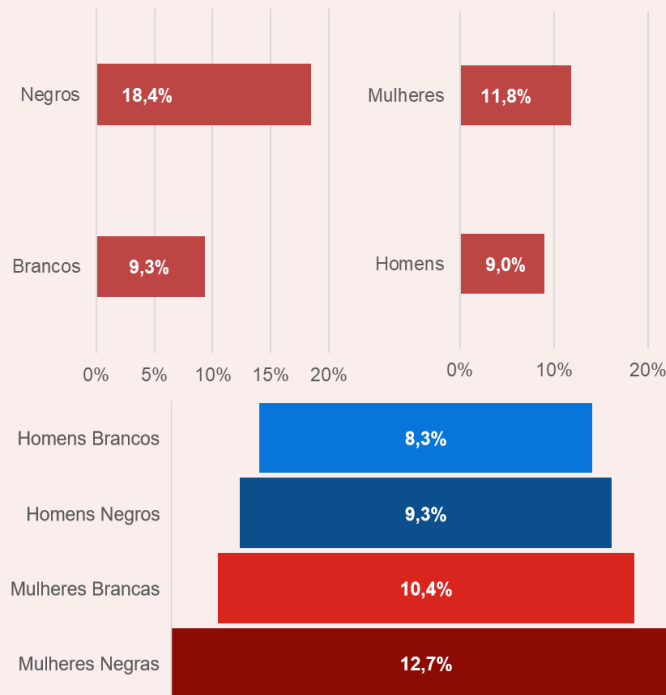
Acre	7,3	Maranhão	6,6	Rio de Janeiro	8,1
Alagoas	7,5	Mato Grosso	2,8	Rio Grande do Norte	7,5
Amapá	6,9	Mato Grosso do Sul	2,9	Rio Grande do Sul	4,3
Amazonas	7,7	Minas Gerais	4,0	Rondônia	2,3
Bahia	9,1	Pará	6,9	Roraima	5,9
Ceará	6,6	Paraíba	7,0	Santa Catarina	2,2
Distrito Federal	8,7	Paraná	3,8	São Paulo	5,1
Espírito Santo	3,1	Pernambuco	10,4	Sergipe	8,1
Goiás	4,4	Piauí	8,5	Tocantins	5,3

3. b. DESEMPREGO ENTRE JOVENS

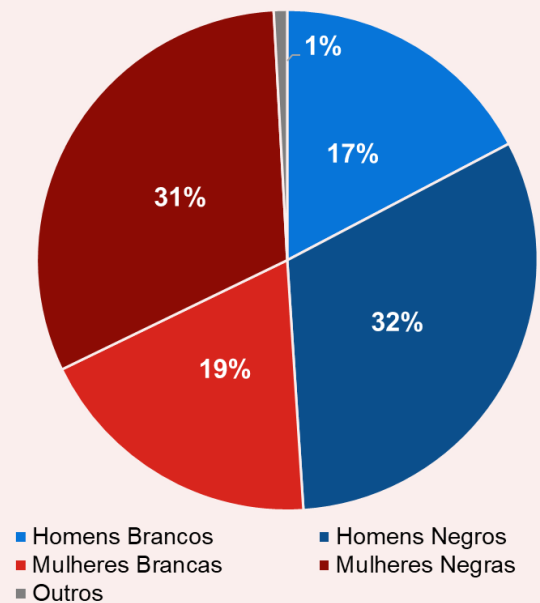
10,2%

- São considerados jovens trabalhadores de até 29 anos.
- **Cálculo:** percentual de pessoas desocupadas em relação às pessoas na força de trabalho:
 $[\text{Desocupados} / \text{PEA}] \times 100$

PANORAMA NACIONAL



Dentre os jovens de 14 a 29 anos desempregados, os respectivos grupos são:



Fonte: PNAD Contínua Trimestral, IBGE. Elaboração própria.

VALORES POR FAIXA ETÁRIA

Taxa de desocupação (%)

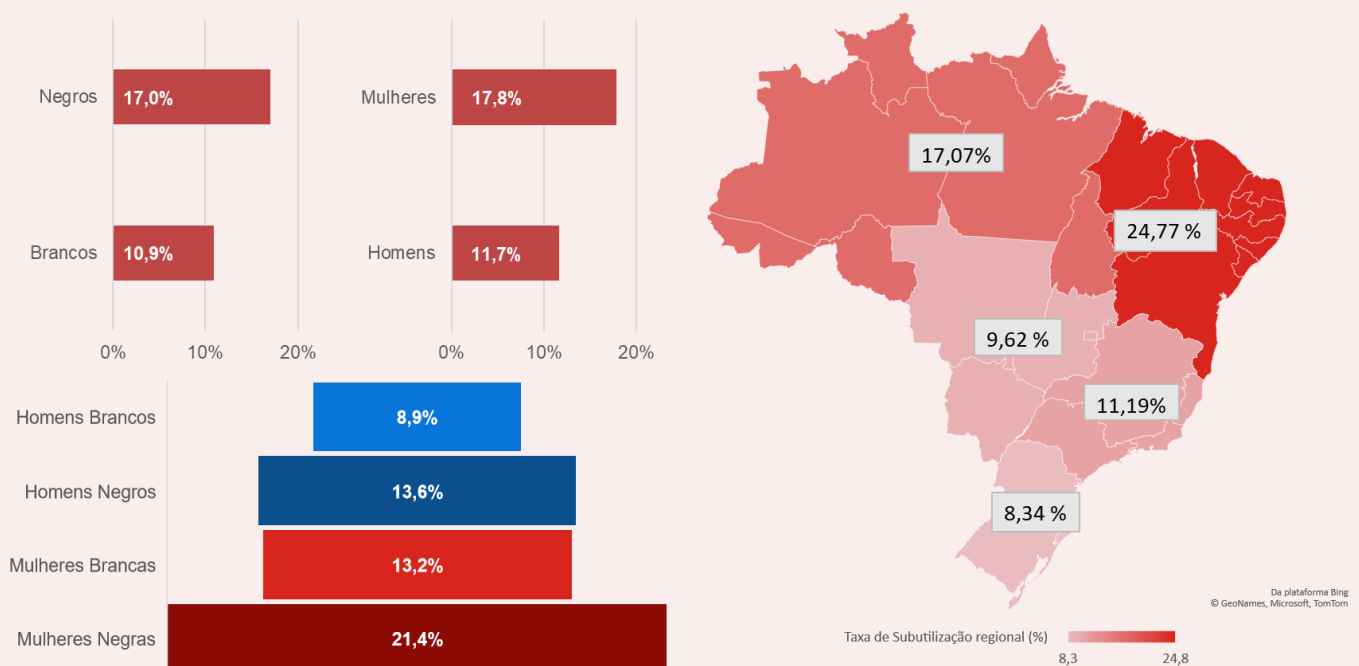
Faixa etária	Taxa de desocupação (%)	Desocupação rural (%)	Desocupação urbana (%)
14 a 16 anos	23,7	8,3	26,5
17 a 19 anos	18,6	15,5	19,0
20 a 24 anos	10,2	10,7	10,1
25 a 29 anos	6,6	6,3	6,7
30 a 39 anos	4,9	4,8	4,9
40 a 49 anos	4,1	3,8	4,1
50 a 59 anos	3,7	2,5	3,8
60 anos ou mais	2,3	1,1	2,4
Total	5,8	5,1	5,8

3. c. SUBUTILIZAÇÃO

14,4%

- A **Subutilização da Força de Trabalho** (*labour underutilization*) é um conceito construído para complementar o monitoramento do mercado de trabalho, além da medida de desocupação, que tem como objetivo **fornecer a melhor estimativa possível da demanda por trabalho em ocupação**. Possui três componentes mutuamente exclusivos, sendo que dois componentes integram a força de trabalho: i) os subocupados por insuficiência de horas trabalhadas e os ii) desocupados; a eles se somam os que integram a iii) força de trabalho potencial (IBGE, 2023b).
- Cálculo:** taxa composta de subutilização da força de trabalho: $[(\text{Desocupados} + \text{Subocupados} + \text{Força de Trabalho Potencial}) / (\text{PEA} + \text{Força de Trabalho Potencial})] \times 100$

PANORAMA NACIONAL



Fonte: PNAD Contínua Trimestral, IBGE. Elaboração própria.

VALORES POR ESTADO

Taxa de subutilização (%)

Acre	18,2	Maranhão	24,3	Rio de Janeiro	14,2
Alagoas	23,8	Mato Grosso	6,8	Rio Grande do Norte	19,2
Amapá	13,6	Mato Grosso do Sul	8,1	Rio Grande do Sul	9,5
Amazonas	15,9	Minas Gerais	10,4	Rondônia	7,6
Bahia	27,0	Pará	20,5	Roraima	13,7
Ceará	21,4	Paraíba	23,1	Santa Catarina	4,4
Distrito Federal	16,2	Paraná	10,0	São Paulo	10,8
Espírito Santo	7,1	Pernambuco	25,1	Sergipe	26,0
Goias	8,8	Piauí	30,2	Tocantins	13,6

3. d. TEMPO DECORRIDO NA BUSCA POR TRABALHO

Para as pessoas fora da força de trabalho, a PNAD contínua pergunta, considerando até o último dia da semana de referência, quanto tempo fazia que se estava sem qualquer trabalho e tentando conseguir trabalho.

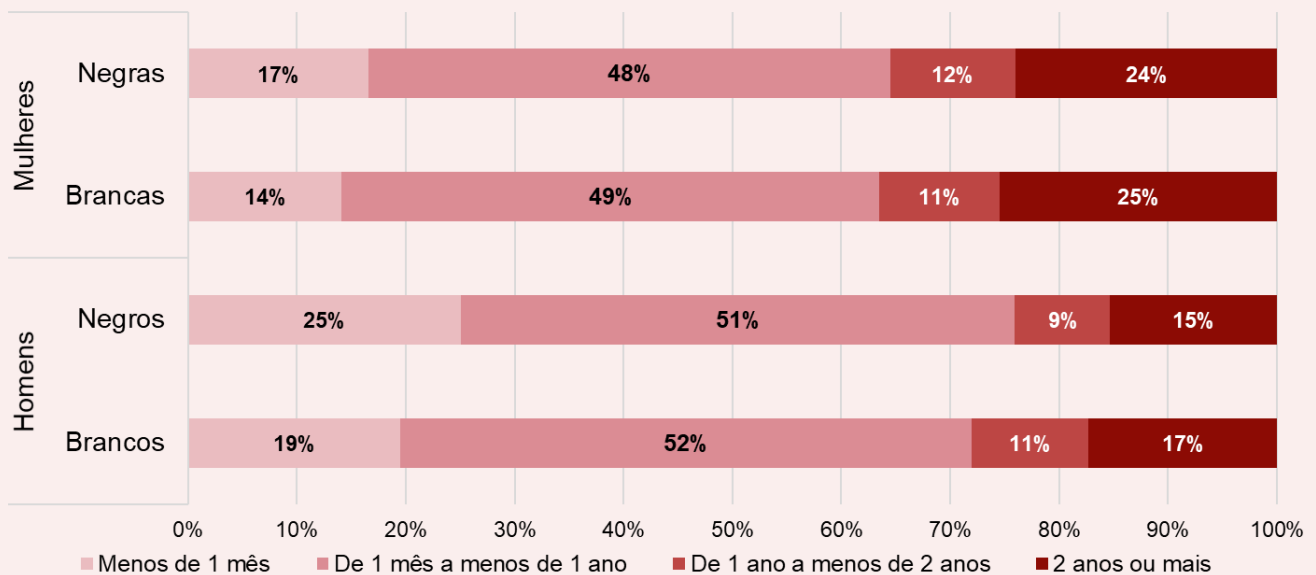
PANORAMA NACIONAL

Tempo decorrido na busca por trabalho (%)

Menos de 1 mês	19,1
De 1 mês a menos de 1 ano	49,8
De 1 ano a menos de 2 anos	10,5
2 anos ou mais	20,6

Valores por raça e gênero

Tempo decorrido na busca por trabalho (%)



17%

Dos homens brancos que estavam sem trabalho no período de referência estão há mais de 2 anos sem conseguir trabalho

25%

Das mulheres brancas que estavam sem trabalho no período de referência estão há mais de 2 anos sem conseguir trabalho.

15%

Dos homens negros que estavam sem trabalho no período de referência estão há mais de 2 anos sem conseguir trabalho.

24%

Das mulheres negras que estavam sem trabalho no período de referência estão há mais de 2 anos sem conseguir trabalho.

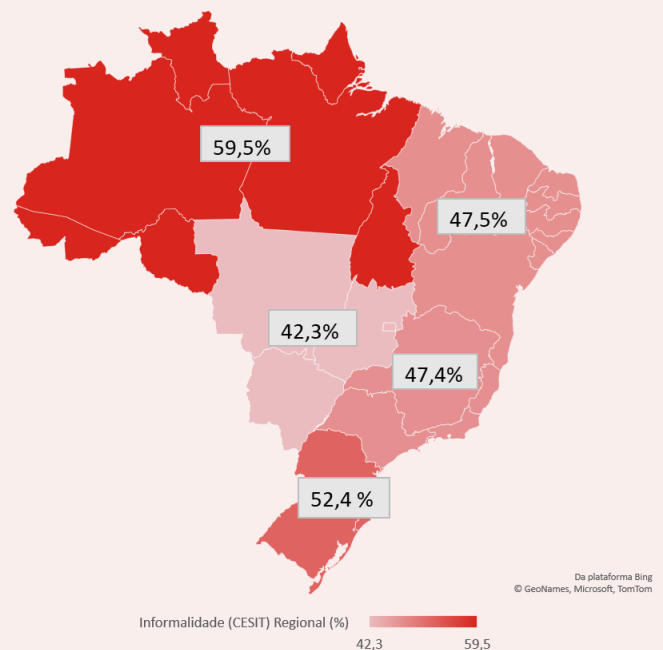
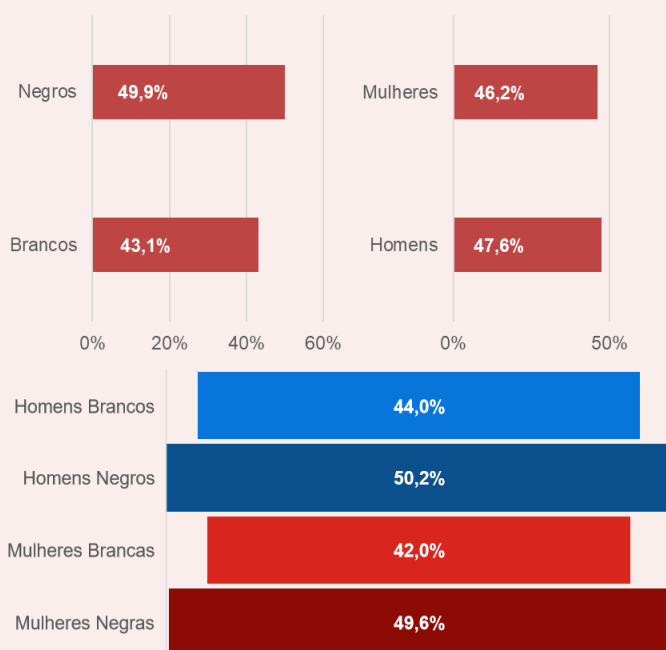
Fonte: PNAD Contínua Trimestral, IBGE. Elaboração própria.

4. INFORMALIDADE (METODOLOGIA CESIT)

47,0%

- A taxa de informalidade representa o percentual dos trabalhadores brasileiros ocupados que não têm acesso aos direitos trabalhistas. Na proposta de cálculo do CESIT, são considerados informais **os empregados no setor privado sem carteira de trabalho assinada, os empregados no setor público sem carteira de trabalho assinada, os trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada, os trabalhadores por conta própria e os trabalhadores familiares auxiliares.**
- Cálculo:** percentual de informais com relação à população ocupada: $[\text{Informais} / \text{PO}] \times 100$

PANORAMA NACIONAL



Fonte: PNAD Contínua Trimestral, IBGE. Elaboração própria.

VALORES POR ESTADO

Taxa de informalidade (CESIT) (%)

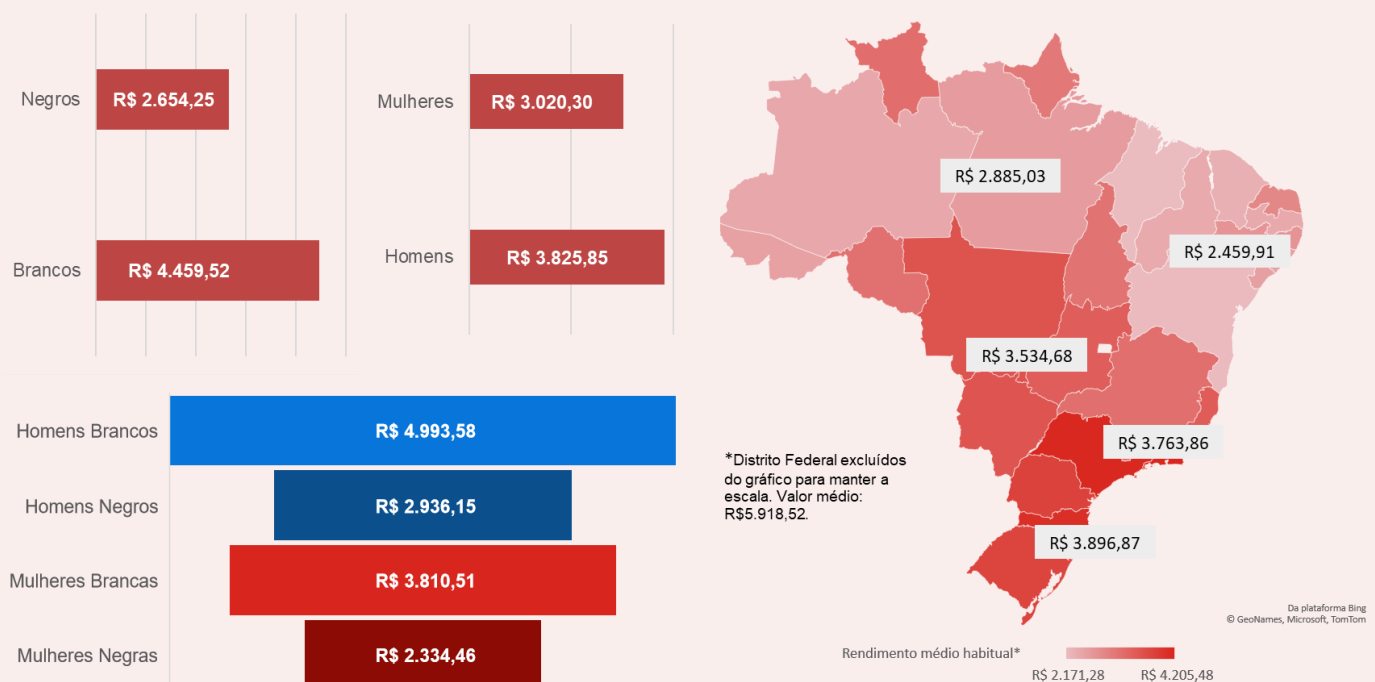
Acre	53,5	Maranhão	66,3	Rio de Janeiro	45,1
Alagoas	55,6	Mato Grosso	43,1	Rio Grande do Norte	48,8
Amapá	51,5	Mato Grosso do Sul	43,1	Rio Grande do Sul	41,2
Amazonas	61,0	Minas Gerais	46,4	Rondônia	55,9
Bahia	60,3	Pará	62,0	Roraima	47,4
Ceará	58,8	Paraíba	58,8	Santa Catarina	35,4
Distrito Federal	36,9	Paraná	40,6	São Paulo	39,1
Espírito Santo	48,5	Pernambuco	55,3	Sergipe	54,6
Goiás	44,5	Piauí	62,0	Tocantins	57,4

5. RENDIMENTO HABITUAL MÉDIO

R\$ 3.476,93

- O rendimento habitual consiste no rendimento recebido por empregados, empregadores e trabalhadores por conta própria, mensalmente, **sem acréscimos extraordinários ou descontos esporádicos**. Caso o rendimento recebido de empregado, de trabalhador por conta própria e de empregador seja variável, considera-se o rendimento habitual aquele em média recebido pela pessoa no período em que realizava o trabalho declarado na semana de referência. Quando a remuneração varia em função do período ou estação do ano, considera-se o rendimento mensal que a pessoa ganha habitualmente nesse período sazonal (IBGE, 2016).
- Para não distorcer a percepção das demais regiões, o valor do rendimento habitual médio para o Distrito Federal foi ocultado do gráfico. Ele foi de R\$5.918,52.

PANORAMA NACIONAL



Fonte: PNAD Contínua Trimestral, IBGE. Elaboração própria.

VALORES POR ESTADO

Remuneração habitual média (em R\$)

	Homens	Mulheres		Homens	Mulheres		Homens	Mulheres
AC	2.615,80	2.414,75	MA	2.264,69	2.040,63	RJ	4.722,56	3.546,23
AL	2.671,63	2.331,35	MT	4.013,07	3.016,80	RN	3.139,52	2.514,03
AP	3.236,10	2.843,65	MS	3.945,26	3.101,66	RS	4.216,96	3.265,89
AM	2.550,56	2.298,83	MG	3.613,69	2.684,55	RO	3.415,07	2.797,71
BA	2.326,69	2.023,90	PA	2.774,69	2.321,95	RR	3.397,24	2.981,30
CE	2.473,12	2.128,59	PB	2.533,89	2.261,43	SC	4.583,69	3.445,67
DF	6.617,81	5.095,21	PR	4.256,41	3.264,34	SP	4.650,74	3.580,22
ES	3.806,49	3.002,02	PE	2.992,02	2.348,12	SE	2.684,88	2.364,01
GO	3.868,85	2.859,56	PI	2.563,26	2.212,17	TO	3.432,67	2.736,13

RECONHECIMENTO



A realização deste boletim foi possibilitada pela parceria entre o CESIT e o **Fundo Brasil**. O Fundo Brasil de Direitos Humanos é uma fundação independente, sem fins lucrativos, com a proposta inovadora de construir mecanismos sustentáveis para canalizar recursos destinados aos defensores de direitos humanos. A fundação impulsiona as atividades de pessoas e organizações não governamentais voltadas à defesa dos direitos no país. Faz isso por meio de um modelo de apoio a projetos que estimula o investimento social e desenvolve a filantropia nacional voltada para a justiça social. Para saber mais sobre a organização acesse o site www.fundobrasil.org.br.

REFERÊNCIAS

IBGE.2025a. [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua \(PNAD Contínua\)](#). 1º trimestre de 2025. Microdados.

IBGE. 2023b. [Novos Indicadores Sobre a Força de Trabalho](#). 1º trimestre de 2023.

IBGE. 2016. [Glossário da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua \(PNAD Contínua\)](#).

AUTORIA

Este boletim, construído pelo CESIT em parceria com o Fundo Brasil, é de autoria das pesquisadoras Marilane Teixeira, Caroline Lima Oliveira e Clara Saliba. Marilane Teixeira é economista, mestre em economia política, doutora em desenvolvimento econômico pelo IE-Unicamp, pesquisadora do CESIT-IE da UNICAMP nas áreas de trabalho, gênero e sindicalismo. Clara Saliba é bacharel em ciências econômicas, mestranda em economia pelo IE-Unicamp e bolsista de produção de dados do CESIT-IE. Caroline Lima Oliveira é graduanda em ciências econômicas pelo IE-Unicamp e bolsista de produção de dados do CESIT-IE. As autoras podem ser contatadas em mari@uol.com.br, claramsaliba@gmail.com e carolinelimadeoliveira44@gmail.com.